

EM BUSCA DE REPRESENTAÇÕES: UMA APROXIMAÇÃO COM O CAMPO MIDIÁTICO ANGOLANO

IN SEARCH OF REPRESENTATIONS: AN APPROXIMATION WITH THE ANGOLAN MEDIA FIELD

Flávia de Almeida Moura^{1*}
Osmilde Augusto Miranda^{2**}

RESUMO:

O artigo faz parte de uma pesquisa em curso que busca comparar questões de mídia, trabalho e direitos humanos entre grupos de trabalhadores rurais no Brasil (Maranhão) e em Angola (províncias do Sul: Huambo, Benguela e Huíla). Apresentamos algumas reflexões sobre mídia, representações e identidades dos sujeitos investigados. Em seguida, destacamos algumas estratégias metodológicas que foram construídas durante o trabalho de campo, e nos aproximamos do campo midiático angolano a partir de reflexões teóricas para uma análise comparativa, tendo como base um estudo já realizado com assistência de material midiático veiculado pela televisão brasileira junto com um grupo de trabalhadores rurais no Maranhão. Acreditamos que a mídia participa das representações dos sujeitos e buscamos entender as formas dessa participação.

PALAVRAS-CHAVE:

Mídia, representações, identidades.

ABSTRACT:

The article is part of an ongoing research that seeks to compare media, labor and human rights issues between groups of rural workers in Brazil (Maranhão) and Angola (southern provinces: Huambo, Benguela and Huíla). We present some reflections on media, representations and identities of the investigated subjects. Then, we highlight some methodological strategies that were built during the fieldwork and approached

1 * É jornalista, mestre em Ciências Sociais e doutora em Comunicação. Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e autora dos livros *Escravos da precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais de Codó (MA)* (EDUFMA, 2009) e *Trabalho escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses* (EDUFMA, 2015). flaviaalmeidamoura29@gmail.com

2 *** É jornalista e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). osmildemiranda@gmail.com

the Angolan media field from theoretical reflections for a comparative analysis, based on a study already conducted with the assistance of media material broadcasted by Brazilian television with a group of rural workers in Maranhão. We believe that the media participates in the representations of the subjects and we seek to understand the forms of this participation.

KEYWORDS:

Media, representations, identities.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte de um estudo que busca comparar questões de mídia, trabalho e direitos humanos entre grupos de trabalhadores rurais do Brasil (Maranhão) e Angola (províncias do Sul: Huambo, Benguela e Huíla). Esse projeto está contido numa pesquisa mais ampla, que integra uma rede de pesquisadores brasileiros e angolanos numa perspectiva de cooperação internacional. Trazemos aqui algumas reflexões acerca da mídia como instituição social e também sobre representações e identidades dos sujeitos investigados em contextos diversos, como o caso de brasileiros e angolanos. Apresentamos algumas estratégias metodológicas que foram construídas durante o trabalho de campo e nos aproximamos do campo midiático angolano a partir de reflexões teóricas para uma análise comparativa, tendo como base estudo realizado durante pesquisa doutoral¹, com assistência de material midiático veiculado pela televisão brasileira junto com trabalhadores rurais no Maranhão, buscando entender a constituição de suas representações sobre o trabalho escravo contemporâneo.

Apresentamos, primeiramente, algumas reflexões teóricas sobre como concebemos a mídia bem como suas relações com os sujeitos na busca da constituição de suas representações (HALL, 2010). Em seguida, nos detemos no contexto da mídia angolana, numa primeira aproximação de nosso objeto de estudo, buscando compreender de que formas a mídia participa das representações sobre trabalho precarizado² (GORZ, 2003) e direitos humanos de grupos de trabalhadores rurais localizados nas províncias do Sul de Angola, mais propriamente Huambo, Benguela e Huíla.

Sobre a mídia angolana, fizemos uma breve historiografia para entender melhor o contexto em que as reportagens são produzidas, circulam e são consumidas pelos diversos públicos no país até chegar ao nosso público específico: trabalhadores rurais localizados

no Sul do país. Apresentamos neste artigo uma síntese do contexto midiático angolano, tanto na perspectiva histórica quanto sobre sua audiência na atualidade.

Como embasamento teórico para a discussão em curso, trazemos algumas reflexões sobre representações (HALL, 2010), identidades e identificações (HALL, 2013), relacionando sujeitos com os processos de produção, circulação e recepção da mídia, com interesse mais focado em materiais jornalísticos televisivos.

MÍDIA E SUJEITOS

Não concebemos a mídia como um “ente” deslocado da sociedade. Acreditamos, sim, que tanto os meios de comunicação tradicionais quanto as novas formas de fazer comunicação a partir da internet e dos aparatos tecnológicos mais modernos revelam, em cada localidade, os traços culturais do seu povo e da sua história.

Neste sentido, acreditamos na tensão entre a capacidade criativa e produtiva dos sujeitos e a força das determinações estruturais dominantes reveladas pela mídia.

Em outros termos, a questão é como falar das estruturas constituindo os sujeitos, sem perder de vista a experiência desses mesmos sujeitos; manter na análise tanto o peso objetivo das instituições, revelado nos seus produtos, quanto a capacidade subjetiva dos atores sociais. Dentro desse marco, tornam-se visíveis intersecções entre três temas-chave: o sujeito e sua ação num determinado marco histórico; o reconhecimento de processos de exclusão, diferenciação e dominação como historicamente construídos e não, naturais e/ou transhistóricos; e a compreensão da esfera cultural e dentro dessa, a comunicação, através da relação entre produtores, produtos e receptores (ESCOSTEGUY, 2010, p. 17).

Essa citação reflete a perspectiva pela qual olhamos para os sujeitos desta pesquisa: trabalhadores rurais oriundos das províncias do Sul de Angola, mais propriamente de Huambo, Benguela e Huíla, locais de origem de migrantes angolanos em busca de trabalho para a capital Luanda e outras regiões do país. Não os entendemos como um grupo subjugado tampouco homogêneo, mas sim capaz de produzir sentidos outros, além dos que a mídia constrói. Por outro lado, reconhecemos a “estrutura em dominância” (HALL, 2010) presente na mídia, e aqui mais propriamente na televisão, que acreditamos ter participação na constituição dessas representações.

Vivemos em um mundo saturado pela mídia (SILVERSTONE, 2002), e a sua presença faz parte do processo social. Concebemos a mídia, portanto, como instituição social, constituinte da sociedade contemporânea. A mídia, portanto, faz parte da sociedade. É a

partir dessa perspectiva que a concebemos neste estudo, e entendemos ser mais interessante olharmos o fenômeno a partir dos sujeitos que o compõem. Dessa forma, entendemos a mídia como uma instituição constituinte da vida cotidiana desses sujeitos.

Concordamos com Silverstone (2002) ao afirmar que a mídia, apesar de sua diversidade e flexibilidade, ainda se apresenta como uma forma dominante de comunicação, capaz de constranger culturas locais, mesmo que não as subjuguem. Acreditamos, neste sentido, que a mídia participa da constituição das representações sobre trabalho para o grupo estudado. E tal participação tem relevância para esses sujeitos. No caso, as narrativas midiáticas podem construir ou legitimar representações já construídas pelo próprio grupo a partir de outras instâncias sociais, tais como a família, os círculos religiosos, os movimentos sociais locais ou mesmo as redes de vizinhança desses trabalhadores.

Ao estudarmos a mídia estamos lidando com seres humanos e suas comunicações, com linguagem e fala, com o dizer e o dito, com reconhecimento e mal reconhecimento e com a mídia vista como intervenções técnicas e políticas nos processos de compreensão. (SILVERSTONE, 2002, p. 19)

Examinamos a mídia como processo, “como uma coisa em curso e uma coisa feita”, isto é, como uma instituição capaz de constituir representações e também operar a partir de representações já construídas em outras instâncias sociais. Tratamos neste estudo de uma nova realidade midiática - a mídia como espaço de repercussão e criação de acontecimentos -, que “incide na configuração e dinâmica da realidade de nossa vida cotidiana, e na forma de convivência e atravessamento entre as múltiplas realidades que compõem o mundo da vida”. (Ibidem, p. 11)

[...] a mídia *faz parte* da sociedade, está inserida nela como estão os postos de saúde, as defensorias públicas, os estádios esportivos, por exemplo. É uma das instituições da sociedade, e congrega os múltiplos dispositivos através dos quais essa sociedade produz e faz circular suas informações e representações. De resto, a mídia constitui talvez a instituição que melhor caracteriza o cenário contemporâneo; a face da nossa sociedade, nosso comportamento, nossas ações são hoje o que são porque dispomos de tais meios, espaços, instrumentos para nos informarmos, nos exprimirmos, formatarmos nossas ações e nosso cotidiano. A mídia é o espaço privilegiado no qual a sociedade fala consigo mesma, a propósito de si mesma (FRANÇA, 2012, p. 11-12, grifos da autora).

Analisar a constituição de representações de sujeitos a partir de textos midiáticos parte do entendimento de que, no caso, o telejornalismo pode ser visto como uma instância

privilegiada para discutir essas questões referentes a um grupo social específico, e que os sentidos produzidos na e pela mídia circulam entre esses sujeitos e podem ser ressignificados, corroborados ou negados por eles. Interessamo-nos por esses encontros, igualmente por essas rupturas de sentidos entre mídia e trabalhadores investigados, na procura da compreensão das principais formas de participação midiática na constituição dessas representações.

Como nos aponta Silverstone (2002, p. 21), a mídia depende do “senso comum”. “Ela o produz, recorre a ele, mas também o explora e distorce”. Interessamo-nos por esse senso comum, pensado como um contínuo que requer nossa participação ativa, entendido tanto como expressão quanto como “precondição da experiência”.

Neste trabalho, o senso comum pode ser pensado a partir das falas dos trabalhadores entrevistados sobre a participação da mídia na constituição de suas representações.

É no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

Entendemos, neste contexto, que a mídia pode participar do senso comum dos trabalhadores, uma vez que a concebemos como uma instituição social que contribui para a experiência dos indivíduos na sociedade, ou seja, uma instância capaz de propor representações de grupos sociais que consomem, de alguma forma, esses produtos midiáticos. A experiência, tanto a mediada quanto a da mídia, se exprime no social, nos discursos, nas representações, nas falas e nas histórias de vida cotidiana.

Concebemos, portanto, a mídia como um processo de mediação, que envolve o movimento do significado de um texto para outro; de um discurso para outro; de um evento para outro. Neste sentido, acreditamos que os receptores contribuem na produção e que mediação é tanto produção e sentido - pelo contexto cultural saturado de textualidades midiáticas em circulação - quanto tradução, relacionada à ação humana, a um posicionamento ativo.

O CONTEXTO DA MÍDIA EM ANGOLA

Durante nossos estudos preliminares para a construção do projeto em curso, percebemos que falar de mídia no Brasil podia ser diferente do que falar de mídia em Angola.

É fundamental refletirmos sobre esse aspecto antes de propormos uma comparação entre os materiais midiáticos, isto é, apreendendo as estruturas as quais elas estão inseridas bem como as suas condições no processo de produção, circulação e recepção de conteúdo.

Quando estudamos as representações do trabalho escravo contemporâneo junto a um grupo de trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo, a partir de reportagens televisivas brasileiras, partimos de um estudo quantitativo, isto é, recolhemos 53 reportagens que foram veiculadas entre 2009 e 2013 em quatro emissoras de televisão comercial e de canal aberto no Brasil: Rede Globo, Rede Record, SBT e Bandeirantes. A partir desse levantamento quantitativo fizemos escolhas qualitativas, quanto às temáticas, à frequência, à abordagem, à região do país etc., e chegamos a sete reportagens televisivas que julgamos significativas para aquela análise.

Ao iniciarmos as buscas pelos sites das emissoras de televisão de Angola, sendo uma pública, a Televisão Pública de Angola (TPA) e a outra comercial, TV Zimbo, esbarramos num primeiro obstáculo: a precariedade dos mecanismos técnicos de busca. Pelas palavras-chave “trabalho”, “trabalho precarizado”, “trabalho forçado” ou ainda “trabalho decente”³ acessamos muito pouco material. Além disso, como não tínhamos a sociabilidade e a familiaridade junto à mídia angolana, não sabíamos ao certo se o que começamos a recolher tinha relevância para os sujeitos do país, isto é, se o que acessamos pela internet realmente teria impacto para o consumo jornalístico televisivo junto aos trabalhadores que pretendíamos acessar por meio do trabalho de campo durante nosso contato no país, no segundo semestre de 2018.

De todo modo, partimos da ideia de que precisávamos fazer uma breve historiografia sobre a mídia angolana para entender o contexto em que as reportagens são produzidas, circulam e são consumidas pelos diversos públicos no país. Neste sentido, acreditamos que a história da mídia angolana se dá junto com a própria historicidade do território, hoje República Democrática de Angola. Apresentamos, a seguir, uma síntese do contexto midiático angolano, tanto na perspectiva histórica quanto na perspectiva de audiência na atualidade.

Antes do processo de independência, o campo midiático de Angola estava sob jugo da colônia portuguesa, ou seja, toda produção era feita pela colônia e pelos colonizadores numa primeira instância. Posteriormente, essa produção ganhou um grupo híbrido, na

qual poderiam se encontrar não apenas os colonos, mas também natos da terra, entre eles, os homens letrados e civilizados. Com início da luta de libertação em Angola, em 4 de fevereiro de 1961⁴, e a Revolução dos Cravos em Portugal (1974), Angola se torna independente⁵ da colônia.

Foi a partir de 1975 que a mídia angolana tomou os primeiros rumos nacionais, com abertura da TPA, da Rádio Nacional de Angola e do Jornal de Angola, que visavam não só tornar públicas as informações nacionais para a população, como também projetar as ideologias movimento “libertador” de Angola. Nesta ordem de ideia, é importante mencionar que o regime leninista-marxista do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) ainda é o grande representante da mídia angolana até os dias atuais, não mais com os mesmos ideais, mas a partir de uma estrutura oligopolista. Neste contexto, a mídia angolana é usada para manutenção da Guerra Fria e acompanha os principais acontecimentos políticos no país, como a Guerra Civil que perdurou quase 10 anos, entre 1993 e 2002.

Nesse período houve não somente o *boom* econômico no país, com a produção de petróleo e diamante, como também um crescimento relevante de privatização e oligopólio dos meios de comunicação pela família do então presidente no poder, José Eduardo dos Santos. O crescimento das antenas parabólicas para as classes médias foi um dos recursos que tomou o país neste período. Somente em 2008 surge o primeiro canal comercial em Angola: a TV Zimbo, que, por sua vez, não é muito diferente da TPA ideologicamente e pertence à família do então presidente. Na esfera das mídias contra-hegemônicas, temos os jornais da oposição e as rádios que lutam em prol de liberdade de expressão e acesso à informação da população. Entre eles, os jornais *Folha 8*, *Angolense*, *Maka Angola* e a rádio *Desperta* da Unita. (CARLOS, 2014)

Segundo estudo realizado pela empresa Marktest (2015) na Grande Luanda (região metropolitana), 98% das pessoas têm acesso à televisão e 76% leem jornais e revistas. A TPA é o canal mais visto, com 88% da audiência; e a TV Zimbo apresentou 69% da audiência dos telespectadores nessa pesquisa. Foram entrevistadas 5.000 pessoas na Grande Luanda, e 50% da amostra informaram que também têm acesso à internet, sendo o Facebook o site mais visitado.

PERCURSOS METODOLÓGICOS PARA UMA COMPARAÇÃO

Durante a pesquisa do doutorado, em contato com os sujeitos investigados ao longo do trabalho de campo⁶, percebemos que a assistência ocorre de forma sazonal, de acordo com as rotinas de trabalho: ora concentradas em atividades rurais, como o plantio de roças de subsistência ou tarefas em grandes fazendas; ora em períodos de descanso ou espera de outros serviços. De todo modo, a televisão apresenta uma das formas de sociabilidade entre famílias e está presente na casa da maioria dos trabalhadores; mesmo que eles próprios não tenham oportunidade de uma assistência direta, o fazem de forma indireta, em contato com familiares, vizinhos e amigos.

No caso angolano, a assistência não se dá da mesma forma. Nas aldeias visitadas no Sul de Angola encontramos poucos aparelhos de televisão e, ainda assim, alguns sem sinal de canal aberto tampouco fechado, pois necessitam de antenas parabólicas que nem sempre estão disponíveis. Em alguns casos, os aparelhos serviam para reproduzir os equipamentos de DVD, principalmente de música internacional ou desenhos animados para as crianças. Dessa forma, tivemos de adaptar à realidade angolana nosso estudo cruzado, levando em consideração que a assistência dos sujeitos investigados anteriormente no Brasil era diferente da dos sujeitos entrevistados em Angola.

Neste sentido, partimos de um olhar orientado pelos estudos culturais, uma vez que, não se constituindo como uma disciplina, mas como um campo de cruzamentos de diversas disciplinas, permitem combinar a pesquisa textual com a social, na medida em que recuperam a acepção estruturalista sobre a relativa autonomia das formas culturais, situando-as num contexto de forças diversas, como o valor da experiência dos sujeitos para a mudança social.

Neste contexto, a comunicação de massa é vista como integrada às demais práticas da vida diária, entendidas estas como todas as atividades que dão sentido à vida social. Desse ponto de vista, portanto, a vida e as atividades sociais estão fundadas em e são dependentes de processos de produção de sentidos. [...] Poderíamos resumir que os estudos culturais estão interessados nas relações entre textos, grupos sociais e contextos ou ainda, em termos mais genéricos, entre práticas simbólicas e estruturas de poder (ESCOSTEGUY, 2010, p. 39).

O presente estudo se insere nesta perspectiva, entendendo que a mídia participa da constituição de representações sobre trabalho e direitos humanos para os sujeitos pesquisados, embora nossa questão seja compreender em que medida essa participação se dá, valorizando também as subjetividades assim como os contextos sociais dos trabalhadores investigados. Em Angola, o caminho metodológico mais provável se desenha mais para a análise textual das reportagens recolhidas do que para a assistência do material midiático recolhido, uma vez que a audiência dos sujeitos investigados se torna inconsistente, diferente da experiência de pesquisa no estado brasileiro do Maranhão, em estudos anteriores.

Para realizar esta pesquisa, portanto, construímos uma abordagem metodológica que parte de um levantamento de materiais jornalísticos que tratam da precarização do trabalho nos dois contextos estudados, Brasil e Angola, nos últimos 10 anos; depois, segue-se uma análise da construção das representações dos sujeitos (no caso, trabalhadores) acerca dos discursos midiáticos. Quanto às representações midiáticas, construímos um *corpus* documental de reportagens publicadas em Angola a partir de material disponível nos sites da principal agência de notícias de Angola, a Angop, e também na TPA e na TV Zimbo, emissora de televisão comercial do país. O mapeamento dessas reportagens deve ser comparado, na medida do possível⁷, com o *corpus* documental já recolhido da mídia brasileira, constituído por reportagens televisivas publicadas em canais abertos de televisão entre 2009 e 2013.

Ao buscarmos reportagens sobre “trabalho”, nos deparamos com uma série de matérias jornalísticas que apresentavam o trabalho na agricultura como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento do país, atualmente movido principalmente pela produção do petróleo e do diamante. Selecionamos, assim, algumas reportagens realizadas principalmente nas localidades visitadas durante o trabalho de campo e que foram veiculadas nas emissoras de televisão de Angola na última década.

Devido à falta de acesso da maioria das pessoas visitadas nas aldeias angolanas, não tivemos a oportunidade de realizar trabalho de campo similar ao desenvolvido em municípios maranhenses, de assistência do material junto com os sujeitos envolvidos nas narrativas. De todo modo, conversamos com os angolanos sobre suas representações acerca da televisão, o que constará em análise desenvolvida em relatório final da pesquisa em curso, e deve ser objeto de discussão em outros textos a serem produzidos como resultado desta investigação.

REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADES E IDENTIFICAÇÕES

Para Hall (2010), representação significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre o mundo ou para representá-lo de maneira significativa para as outras pessoas. Dessa forma, a representação é entendida como uma parte essencial do processo, mediante o qual se produz e se troca sentidos entre os membros de uma mesma cultura. Representar implica usar a linguagem, os signos e as imagens que estão no lugar das coisas, que as representam. Mas o autor ressalta que não se trata de um processo direto e simples.

Com este entendimento, nos inspiramos na noção de Hall para construir nossa noção de representações para este estudo, que perpassa a linguagem e a produção dos sentidos dos sujeitos investigados sobre trabalho e direitos humanos a partir de produtos midiáticos apresentados a eles. As representações, portanto, são constituídas a partir dos processos de identificação e apropriação desses sujeitos em relação à mídia.

De acordo com França (2012), as representações estão intimamente ligadas a seus contextos históricos e sociais por um movimento de reflexividade, uma vez que são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade.

[...] por outro lado, enquanto sentidos construídos e cristalizados, elas dinamizam e condicionam determinadas práticas sociais. Na sua natureza de produção humana e social, tem uma dimensão interna e externa aos indivíduos, que percebem e são afetados pelas imagens (passam por processos de percepção e afecção) - desses processos, as devolvem ao mundo nas formas de representação (FRANÇA, 2012, p. 19).

Para a autora, as representações não apenas variam dentro das diferentes épocas e culturas, mas também espelham vivências específicas dentro de determinadas sociedades. França (2012) faz uma discussão interessante ao perguntar: quando falamos de representação midiática, qual objeto devemos olhar? Quais produtos midiáticos nos são disponibilizados? Que mundo, bem ou mal, nos é mostrado? “Ou antes as imagens remetem a nós, sujeitos que experimentamos e formatamos imagens mentais, e que somos, em última instância, os produtores/portadores dessas imagens e representações?”. (FRANÇA, 2012, p. 19)

Para apreendermos as representações dos trabalhadores rurais maranhenses sobre o trabalho escravo a partir da mídia, investimos na análise dos processos de identificação e apropriação dos sujeitos com relação aos produtos midiáticos. Analisamos esses

processos para nos aproximar das representações desses sujeitos, que são dinâmicas e estão em constante movimento e ressignificação. Pretendemos fazer o mesmo procedimento com os trabalhadores rurais em Angola, dentro das condições possíveis da pesquisa empírica.

A noção de identificação que concebemos parte da ideia de identidade, conceito fundante para o entendimento que buscamos trazer acerca da identificação. Nosso interesse está exatamente no deslocamento da identidade para a identificação. Acreditamos que, ao questionarmos os trabalhadores sobre sua identificação com as reportagens televisivas escolhidas para este estudo, podemos chegar mais perto de entender as representações sobre trabalho e direitos humanos para esses sujeitos a partir do recorte midiático exibido e discutido com o grupo.

O conceito de identificação acaba sendo um dos menos bem desenvolvidos no contexto das teorias sociais e culturais, e é “quase tão ardiloso - embora preferível - quanto o de identidade” (Hall, 2013, p. 106). Resta-nos buscar compreensões tanto no repertório discursivo quanto no psicanalítico, sem nos limitar a nenhum deles, para poder dar conta deste conceito tão complexo.

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal [...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado - como algo sempre “em processo” (HALL, 2013, p. 106).

Para o autor, a carreira semântica oficial de identidade assinala “aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história”. O conceito de identidade que interessa ao autor é o da modernidade tardia ou da pós-modernidade, mais fragmentada e fraturada, que não é nunca singular, mas multiplamente construída ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. (HALL, 2013, p. 108)

A identidade, portanto, é um desses conceitos que operam “sob rasura”, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas.

Para Hall (2013), as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência.

Elas [as identidades] têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL, 2013, p. 109).

Essa relação entre identidade e autorrepresentação⁹ do grupo social nos interessa. E para melhor alcançarmos tal dinâmica, buscamos na identificação esse movimento entre o como os sujeitos se representam e se percebem no contexto do trabalho e de que formas a mídia participa da constituição dessas representações.

Segundo Woodward (2013), a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma “marcação simbólica” relativamente a outras identidades. Para a autora, a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais.

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais (WOODWARD, 2013, p. 14).

A conceituação da identidade envolve o exame dos “sistemas classificatórios” que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas, por exemplo, entre “nós e eles”, sempre numa relação de alteridade.

Segundo Hall (2013), as identidades surgem da “narrativização do eu”, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja em parte no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, em parte construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional - isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2013, p. 110).

Neste sentido, entendemos que as identidades (ou as identificações) encontradas pelos sujeitos investigados nas representações sobre trabalho e direitos humanos na mídia são construídas de acordo com os contextos históricos, culturais e sociais, ou seja, as identificações estão ligadas tanto às trajetórias de vida quanto às formas com que os sujeitos se reconhecem social e culturalmente. Nesta perspectiva, acreditamos que a mídia também faça parte dos contextos sociais e culturais desses sujeitos, posto que a concebemos como uma instituição social.

Além da linguagem (materializada neste estudo com as falas dos trabalhadores a partir das narrativas midiáticas), também nos interessamos pelo conceito de apropriação apresentado por Thompson (2013), quando se refere à propagação do processo de recepção das mensagens, no nosso caso, por parte desses sujeitos. Para o autor, “apropriar-se” é “tornar próprio” algo que é alheio ou estranho; é encontrar um meio de se relacionar com ele e de incorporá-lo na própria vida.

Assim fazendo, os indivíduos se valem dos próprios conhecimentos, de suas habilidades adquiridas e dos recursos que lhe são disponíveis. Estes atributos sociais são elementos substantivos no processo de apropriação que começa com uma recepção inicial das mensagens da mídia, mas se estende muito além dela, envolvendo outros contextos, outros indivíduos, outras mensagens entrelaçadas com aquelas inicialmente recebidas (THOMPSON, 2013, p. 149).

Segundo o autor, ainda que os diversos contextos de recepção tenham certas características comuns, é importante enfatizar que os atributos sociais que os indivíduos trazem para estes contextos não são os mesmos em todos os lugares.

A recepção e a apropriação das mensagens da mídia são maneiras de responder aos outros espacial e temporariamente distantes. Isso envolve um conjunto de atividades (vendo, ouvindo, lendo, discutindo, etc.) que são estimuladas pelas ações de outros que estão situados em contextos distantes. Em muitos casos, essas atividades responsivas se desdobrarão de múltiplas e variadas maneiras e sem relação entre elas, refletindo a diversidade dos contextos nos quais as mensagens são recebidas (THOMPSON, 2013, p. 151).

Neste sentido, a recepção dos produtos de mídia acontece em particulares contextos espaço-temporais. Ao responder às ações e expressões dos produtores, os receptores geralmente o fazem como uma contribuição às outras formas de interação das quais eles participam. E é pela linguagem que essa interação se dá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste artigo parte do processo de construção da pesquisa em andamento a partir de um referencial teórico que viemos construindo desde a pesquisa doutoral, realizada no contexto de reportagens televisivas brasileiras sobre trabalho escravo contemporâneo e suas apropriações por trabalhadores rurais maranhenses.

Pretendemos, com isso, refletir sobre representações, identidades, identificações e apropriações dos sujeitos em relação aos materiais midiáticos recolhidos para o estudo em curso com trabalhadores rurais em Angola. A ideia é, ao final, traçar pontos de comparação entre as relações dos sujeitos e a mídia nos dois contextos estudados, levando em consideração aspectos culturais e identitários específicos de cada caso.

Como parte deste esforço, trazemos uma síntese do contexto midiático angolano, tanto na perspectiva histórica quanto sobre sua audiência na atualidade. Buscamos, a partir desse levantamento, uma aproximação com as condições de produção, circulação e recepção da mídia angolana para construir sentidos na relação entre os sujeitos investigados e o material midiático selecionado. Partimos do pressuposto de que a mídia participa das representações dos sujeitos e, assim, pretendemos compreender de que formas esse processo ocorre com os trabalhadores rurais angolanos investigados sobre suas percepções acerca do trabalho e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Albino Ramos. **Radiografia do jornalismo angolano: estudo da cobertura midiática da visita do Papa Bento XVI a Angola**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Estudos culturais: uma introdução. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 32-58.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade: um estudo sobre uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: Cedi, 1994.

FRANÇA, Vera V. **O acontecimento e a mídia**. *Galáxia*, São Paulo, n. 24, 2012, p. 10-21.

GORZ, André. **As metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. *In*: HALL, Stuart. **Sin garantías**: Trayectorias y problemáticas em estúdios culturales. Cidade do México: Editorial UC, 2010. p. 214-320.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013. p.103-131.

MARKTEST. **Relatório Impacto da TV no público de Luanda**. Angola: Marktest, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília, DF: OIT, 2011.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013. p.07-72.

NOTAS

- ¹ A tese de doutorado, defendida em 2015, deu origem ao livro *Trabalho Escravo e mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses* (EDUFMA, 2016).
- ² Utilizamos aqui a categoria *trabalho precarizado* (GORZ, 2003) aliado à temática de direitos humanos para tratar de questões de superexploração de trabalho, algo que possamos comparar, devidas proporções, às condições análogas a de escravo, conforme previstas no Código Penal Brasileiro.
- ³ Vale destacar que as categorias *trabalho forçado* e *trabalho decente* são internacionais (OIT, 2011), enquanto a categoria *trabalho escravo contemporâneo* ou *condição análoga à escravidão* são brasileiras. (ESTERCI, 1994; e Artigo 149 do Código Penal Brasileiro)
- ⁴ Data apresentada e outorgada pelo Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), que outros grupos reivindicam, uma vez que o início da luta pela libertação de Angola não se deu forma unilateral e por um único partido, como no caso de outros países africanos, como Guiné-Bissau e Cabo Verde.
- ⁵ Uma vez que o processo de independência em Angola tenha sido apresentado por três movimentos de libertação, foi necessário um acordo dos grupos para formar o governo de transição, implantado através do Acordo de Alvor, em Portugal, com objetivo de promover eleições multipartidárias, o que fracassou.
- ⁶ O trabalho de campo do doutorado foi realizado no município de Açailândia (MA) em duas principais etapas, em 2013 e 2014. Foram realizados encontros em grupo e individuais, em suas residências, com trabalhadores rurais maranhenses egressos do trabalho escravo contemporâneo.
- ⁷ São levadas em consideração as diferenças nos contextos de produção, recepção e circulação dos produtos midiáticos nos dois países.
- ⁹ Vale destacar que o que chamamos neste trabalho de auto-representação trata-se da “representação de si mesmo”, e sempre se refere ao grupo estudado. Não utilizamos aqui o conceito analítico de autorrepresentação da psicologia.

Artigo recebido em: 30 de julho de 2018.

Artigo aceito em: 13 de dezembro de 2019.